



BPP INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

**RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE O EXAME DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
30 DE JUNHO DE 2022**

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
BALANÇO PATRIMONIAL	9
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. Contexto Operacional.....	14
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	14
3. Principais políticas contábeis:	15
a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação.....	15
b. Apuração do Resultado	15
c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	15
d. Reconhecimento da Receita.....	15
e. Disponibilidades	15
f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	15
g. Imobilizado de uso.....	16
h. Intangível	16
i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)	16
j. Contas de Pagamento Pré-Pago.....	17
k. Relações interfinanceiras	17
l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira.....	17
m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais.....	17
n. Rendas antecipadas.....	17
o. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.....	17
p. Imposto de renda e contribuição social.....	18
q. Lucro / Prejuízo por ação.....	18
4. Caixa e equivalente de caixa	18
5. Títulos e valores mobiliários	18
6. Diversos.....	20
7. Imobilizado	20
8. Intangível	21
9. Provisão para contingências.....	21

10.	Outras Obrigações – Diversas	22
11.	Capital Social.....	22
12.	Resultado Líquido	22
13.	Custos dos serviços prestados.....	23
14.	Despesas administrativas e gerais	23
15.	Resultado Financeiro	23
16.	Imposto de Renda e Contribuição Social	24
17.	Estrutura de Gerenciamento de Riscos.....	24
18.	Eventos Subsequentes.....	25

^{DS}
DF

^{DS}
MPJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BCB) e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2022.

A BPP oferece uma conta digital e um cartão pré-pago internacional VISA, controlado por um aplicativo desenvolvido para smartphone nas plataformas Android e iOS, reduzindo significativamente a complexidade e os custos da sua operação, gerando aos seus clientes facilidade e controle de suas finanças.

Em 09 de abril de 2018 a BPP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial.

Em 01 de outubro de 2021 a BPP foi adquirida pela Dock Soluções em Meios de Pagamentos e autorizada a troca do controle acionário pelo BCB, com publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, a Receita apresentou crescimento de 48% quando comparada ao mesmo período do ano anterior. O aumento da taxa básica de juros (SELIC), acentuado a partir do segundo semestre de 2021, resultou em crescimento significativo das Receitas Financeiras associadas a operação das Contas Digitais e Cartões Pré-Pagos, uma vez que esses recursos são mantidos em Títulos Públicos Federais remunerados pela SELIC.

O produto Pix, focado em clientes indiretos de SaaS, manteve a trajetória de crescimento apresentada nos semestres anteriores, assim como a Receita de Cobrança (boletos) que apresentou expressivo crescimento em comparação ao ano anterior.

O produto Visa Travel Money (VTM), bastante relevante na composição de nossas receitas, inverteu a tendência de queda apresentada nos períodos anteriores, como consequência da retomada das viagens internacionais após o período mais restritivo em função da pandemia de coronavírus (COVID-19).

O produto Incentivo, ligado a promoções e campanhas, também apresentou crescimento quando comparado com os períodos anteriores, indicando a tendência de retorno aos patamares operados antes da pandemia de coronavírus (COVID-19).

Com base em nossa revisão, concluímos que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da
BPP Instituição de Pagamento S.A.
Barueri – SP

Opinião



Examinamos as demonstrações financeiras da **BPP Instituição de Pagamento S.A.** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Continuidade operacional



Chamamos a atenção ao fato de que em 30 de junho de 2022, a Companhia acumula prejuízos em suas operações no montante de R\$ 63.481 mil. As medidas que estão sendo tomada pela Companhia para reversão dessa situação estão mencionadas no Relatório da Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto.

Ênfases



Autorização para aumento de capital social:

De acordo com a nota explicativa número 10, em 25 de maio de 2022 foram deliberados aumentos de capital social no montante de R\$ 21.618 mil, mediante a emissão de 8.444.570 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta) ações. Contudo, até a data de emissão deste relatório a Companhia não obteve a autorização para aumento de capital social junto ao Banco Central do Brasil, em conformidade com o estabelecido no artigo 3º, inciso VIII, da Resolução BCB nº 81, de 2021 e o registro na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo).

Teste de impairment do ativo intangível:

A Companhia efetuou o teste de valor recuperável do ativo intangível (*impairment*) para a data base de 31 de dezembro de 2021 (nota 8). Contudo, a Companhia não efetuou um novo teste de *impairment* para o semestre findo em 30 de junho de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor



A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras



A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras



Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 30 de agosto de 2022.

BLB Auditores Independentes

CRC 2SP023165/O-2



Rodrigo Garcia Giroldo

CRC 1SP222658/O-9

**BALANÇO PATRIMONIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

(Em reais mil)

ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Ativo circulante		358.559	666.601	Passivo Circulante		349.897	668.650
Disponibilidades	4	29.078	22.966	Contas De Pagamento Pré Pago	3j	198.466	466.841
Títulos e valores mobiliários	5	254.406	460.413	Relações Interfinanceiras	3k	98.746	161.505
Livres		2.532	2.407				
Vinculados conta pré-paga		234.509	446.242	Outras Obrigações			
Vinculados a prestação em garantias		17.365	11.764	Fiscais e previdenciárias		2.190	2.103
Relações interfinanceiras	4a	63.111	176.910	Obrigações por transações de pagamentos	3l	42.740	32.387
Outros créditos	6	11.964	6.312	Provisão para contingência	9	522	715
				Diversos	10	7.233	5.098
Não circulante		20.082	23.500				
Realizável a Longo Prazo		-	178	Patrimônio líquido		28.744	21.451
Outros créditos	6	-	178	Capital social	11	92.354	70.736
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	6.618
Permanente		20.082	23.322	Ajuste de avaliação patrimonial		(129)	(182)
Imobilizado	7	1.081	1.304	Prejuízos acumulados		(63.481)	(55.722)
Intangível	8	19.001	22.018				
Total do ativo		378.641	690.101	Total do passivo e patrimônio líquido		378.641	690.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021(Em reais mil)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Receita de serviços		33.319	26.814
Receitas financeiras		8.687	1.617
Receita de Incentivo		-	285
(-) Impostos incidentes sobre receitas		(4.377)	(3.209)
Resultado Operacional	12	37.629	25.507
Custo dos serviços prestados	13	(20.516)	(12.857)
Lucro Bruto		17.113	12.650
Administrativas e gerais	14	(18.922)	(15.373)
Outras receitas e despesas		(5.016)	(3.371)
Prejuízo Operacional		(6.825)	(6.094)
Resultado financeiro	15	(934)	(633)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(7.759)	(6.727)
Lucro / Prejuízo Exercício		<u>(7.759)</u>	<u>(6.727)</u>
Quantidade média de ações em circulação no exercício		98.361	85.046
Lucro por ação		<u>(0,079)</u>	<u>(0,079)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 e 2021

(Em reais mil)

	Notas	Capital social	AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		57.737	-	(42)	(41.949)	15.746
Prejuízo/Lucro do semestre		-	-	-	(6.727)	(6.727)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	13	-	13
Saldo em 30 de junho de 2021		57.737	-	(29)	(48.676)	9.032
Aumento de capital social	11	12.999	-	-	-	12.999
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.618	-	-	6.618
Prejuízo/Lucro do semestre		-	-	-	(7.046)	(7.046)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(153)	-	(152)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		70.736	6.618	(182)	(55.722)	21.451
Aumento de capital social	11	21.618	-	-	-	21.618
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(6.618)	-	-	(6.618)
Prejuízo/Lucro do semestre		-	-	-	(7.759)	(7.759)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	53	-	53
Saldo em 30 de junho de 2022		92.354	-	(129)	(63.481)	28.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 e 2021

(Em reais mil)

	30/06/2022	30/06/2021
Lucro ou Prejuízo líquido do exercício	(7.759)	(6.727)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Ajuste de avaliação patrimonial	53	13
Juros sobre partes relacionadas	-	172
Aumento (Redução) de provisão para contingências	(193)	162
Depreciação e amortização	3.540	3.159
	(4.359)	(3.221)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Títulos e Valores Mobiliários	206.006	972
Outros créditos	(5.475)	(1.614)
Relações interfinanceiras	113.799	(8.977)
Recursos recebidos de clientes pré-pago	(268.373)	(7.810)
Relações interfinanceiras	(62.760)	15.735
Diversos	2.135	1.188
Partes relacionadas a pagar	-	8.000
Fiscais e previdenciárias	87	(144)
Obrigações por transações de pagamentos	10.352	727
Aumento de resultados de exercício futuros	-	(291)
Caixa líquido das atividades operacionais	(8.588)	4.564
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	(300)	(1.482)
Aumento de capital	15.000	-
Caixa líquido das atividades de investimentos	14.700	(1.482)
Aumento / Redução líquido de caixa	6.112	3.082
Caixa no início do exercício	22.966	2.816
Caixa no final do exercício	29.078	5.898
Aumento / Redução líquido de caixa	6.112	3.082

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
DFDS
MPJ

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 e 2021**

	<u>30/06/2022</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro (prejuízo) do período	(7.759)	(6.727)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(7.759)</u>	<u>(6.727)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

^{DS}
DF

^{DS}
MPJ

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE
2021
(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)**

1. Contexto Operacional

A BPP Instituição de Pagamento S.A. (BPP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda Rio Negro, 585, Bloco B, 3º andar, conjunto 31/32, Edifício Padauri, Alphaville Industrial, CEP: 06454-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil (“Bacen”), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades.

Suas operações com o público em geral e com o sucesso de sua proposta e qualidade de seus produtos perante o público-alvo, atualmente encontra-se em fase de acelerado investimento em uma nova plataforma tecnológica e crescimento de suas operações.

O plano de negócio da BPP prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro.

Em 09 de abril de 2018, a BPP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial.

A BPP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações. Entre as medidas principais, está o cumprimento de um plano agressivo de negócios e, quando necessário, aportes financeiros dos acionistas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo Bacen.

Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da BPP passaram a refletir a resolução nº 4.818, de 29/05/2020 e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2021, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente.

Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados BACEN e que estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela BPP e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas.

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 30 de agosto de 2022.

3. Principais políticas contábeis:**a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da BPP.

b. Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento.

c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen.

d. Reconhecimento da Receita

A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros. São apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

e. Disponibilidades

Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da BPP, conforme Circular Bacen n.º 3.068/01:

I. Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

II. Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

III. Títulos disponível para venda

Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento.

g. Imobilizado de uso

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

h. Intangível**I. Ativos intangíveis adquiridos separadamente**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8).

II. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

i. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

Anualmente, e se houver evidência, a BPP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

j. Contas de Pagamento Pré-Pago

Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagos e ainda não utilizados, no montante de R\$198.466 (R\$466.841–2021).

k. Relações interfinanceiras

Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamentos conforme disciplina a Circular BACEN Nº 3.682, de 4 de novembro de 2013.

l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira

Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior.

m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I. **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- II. **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota.
- III. **Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e
- IV. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas.

n. Rendas antecipadas

Corresponde a receita de **Incentivo da Bandeira**, conforme contrato e apropriada em conta de resultado.

o. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e

somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da BPP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 30 de junho de 2022 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste.

p. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

q. Lucro / Prejuízo por ação

É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício.

4. Caixa e equivalente de caixa

São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa	2	11
Bancos - conta movimento	526	493
Disponibilidade em moeda estrangeira	28.550	22.462
Total	<u>29.078</u>	<u>22.966</u>

a. Relações Interfinanceiras - Créditos Vinculados

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
BACEN - Depósito em Moeda Eletrônica	-	176.910
BACEN - Conta de Pagamento Instantâneo	63.111	-
Total	<u>63.111</u>	<u>176.910</u>

5. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo e o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Livres – ativo circulante	2.532	2.407
Vinculados a prestação de garantias – circulante	234.509	446.242
Vinculados a prestação de garantias – realizável a longo prazo	17.365	11.764
	<u>254.406</u>	<u>460.413</u>

	30.06.2022			31.12.2021		
	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado
Mantidos até o vencimento						
Depósitos vinculados à prestação de garantias (a)	-	17.116	17.116	-	11.528	11.528
Letras Financeiras do Tesouro (a)	-	249	249	-	236	236
Total	-	17.365	17.365	-	11.764	11.764
	30.06.2022			31.12.2021		
Títulos disponível para venda	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado	Sem vencimento	De 1 a 5 anos	Valor mercado/Custo Atualizado
Títulos Vinculados a Saldos em Contra Pré-Paga - LFT	-	234.509	234.509	-	446.242	446.242
CDB - Certificado de depósito bancário - livre	-	2.532	2.532	-	2.407	2.407
Total	-	237.041	237.041	-	448.649	448.649

6. Diversos

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<i>Circulante</i>		
Valores a Receber	2.934	748
Créditos Tributários	5.186	1.985
Estoque	992	832
Bloqueio Judicial	572	462
Outros	2.280	2.285
	<u>11.964</u>	<u>6.312</u>
<i>Não Circulante</i>		
Carta Fiança	-	178
	<u>-</u>	<u>178</u>
	<u>11.964</u>	<u>6.490</u>

7. Imobilizado

A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

	<u>Taxa anual</u>	<u>Custo aquisição</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>30.06.2022</u>
Computadores e periféricos	20%	1.238	(1.109)	129
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(1.123)	188
Móveis e Utensílios	10%	637	(298)	339
Veículos	20%	374	(228)	146
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(72)	32
Imobilizado em andamento	-	244	-	244
Sistema de comunicação	20%	11	(8)	3
		<u>3.919</u>	<u>(2.838)</u>	<u>1.081</u>

O resumo da movimentação das contas do imobilizado é apresentado a seguir:

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Saldos ao início do exercício	1.304	1.770
(+) Adições	38	70
(-) Baixas	-	-
(-) Depreciação	(261)	(536)
Saldos ao final do exercício	<u>1.081</u>	<u>1.304</u>

DS
DF

DS
MPJ

8. Intangível

A composição do Intangível está apresentada a seguir:

			30.06.2022	31.12.2021
	Taxa anual	Custo aquisição	Valor Líquido	Valor Líquido
Sistemas e aplicativos	20%	23.721	11.234	12.857
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	20%	12.618	7.767	9.161
		36.339	19.001	22.018

O resumo da movimentação das contas do intangível é apresentado a seguir:

	30.06.2022	31.12.2021
Saldos ao início do exercício	22.018	24.668
(+) Adições	-	3.161
(-) Baixas	-	-
(-) Amortização	(3.017)	(5.811)
Saldos ao final do exercício	19.001	22.018

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis foi efetuado para a data de 31 de dezembro de 2021, do qual conclui-se pela não necessidade de realizar qualquer provisão para perdas de valores

9. Provisão para contingências

A BPP é parte em ações judiciais e processos administrativos perante a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	30.06.2022	31.12.2021
Saldos inicial	715	463
Constituição	-	252
Realização/reversão	(193)	-
Saldos ao final do semestre	522	715

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

a. Contingências Cíveis

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo no valor de R\$ 482 (R\$684-2021). Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica de Outros Créditos. A BPP com base na opinião de seus assessores jurídicos, não espera perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

Os processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 30 de junho de 2022 o montante de R\$ 1.769 (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 2.395).

b. Contingências Trabalhista

Com base em informações de seus assessores jurídicos, o saldo provisionado para o único processo trabalhista, cujo a companhia possui responsabilidade primaria, em 30 de junho de 2021 de R\$ 40 (em 31 de dezembro 2021, R\$ 31) é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas.

10. Outras Obrigações – Diversas

	<u>30.06.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Outras obrigações - Diversas		
Despesa com pessoal	1.170	880
Fornecedores mercado interno	4.951	3.210
Fornecedores mercado externo	1.112	1.008
	<u>7.233</u>	<u>5.098</u>

11. Capital Social

O capital social no montante de R\$ 92.354.398,96 (R\$ 77.354.390,37 em dezembro de 2021), está representado por 98.360.834 (89.916.264 ações em dezembro 2021), ações, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país.

Em 25 de maio de 2022 foram deliberados aumentos de capital social no montante de R\$ 21.618.099,20, ainda não registrados, mediante a emissão de 8.444.570 (oito milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e setenta) ações, totalizando 98.360.834 (noventa e oito milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e trinta e quatro) ações, todas nominativas, sendo que R\$ 6.618.091 foram oriundos de recursos de aditamento para futuro aumento de capital, passando Capital total de R\$ 77.354.390,37 em 2021 para R\$ 92.354.398,96 em 2022.

Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/2013 determina que as instituições de pagamentos emissores devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses e equivalente aos saldos de moedas eletrônicas emitidas.

Em 30 de junho de 2022, o patrimônio líquido da BPP é de R\$ 28.744, superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 23.274 e R\$ 3.974 equivalente aos 2% sobre o saldo das moedas eletrônicas emitidas.

a. Resultado Líquido

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Receita de serviços e outras	33.319	26.814
Receita financeira	8.687	1.617
Receita de Incentivo	-	285
(-) impostos sobre receita operacional		
(-) COFINS	(3.037)	(2.129)
(-) PIS	(657)	(525)
(-) ISS	(683)	(555)
Total	<u>37.629</u>	<u>25.507</u>

12. Custos dos serviços prestados

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Bandeira	(7.597)	(4.992)
Emissão de cartões	(2.188)	(2.438)
Processamento	(1.233)	(1.024)
Armazenamento	(4.079)	(4.223)
Outros	(5.419)	(180)
	<u>(20.516)</u>	<u>(12.857)</u>

13. Despesas administrativas e gerais

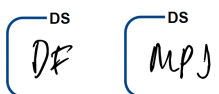
	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
Pessoal	(6.567)	(4.974)
Amortização/Depreciação	(3.261)	(2.892)
Ocupação	(3.141)	(3.152)
Consultoria	(5.257)	(2.882)
Comissão sobre vendas	(664)	(278)
Utilidades e serviços	(224)	(288)
Outros *	192	(907)
	<u>(18.922)</u>	<u>(15.373)</u>

* Reversão de provisão para contingência cível do período de 31/12/2021 para 30/06/2022

14. Resultado Financeiro

	<u>30.06.2022</u>	<u>30.06.2021</u>
	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Receitas:		
Variação cambial ativa	11.500	6.957
Outras	24	7
	<u>11.524</u>	<u>6.964</u>
Despesas:		
Variação cambial passiva	(12.269)	(7.498)
Outras	(189)	(99)
	<u>(12.458)</u>	<u>(7.597)</u>
	<u>(934)</u>	<u>(633)</u>

Em 30 de junho de 2022 e 2021 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.



15. Imposto de Renda e Contribuição Social

	<u>30.06.2022</u>		<u>30.06.2021</u>	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(7.759)	(7.759)	(6.727)	(6.727)
Adições temporárias	13.614	13.614	8.084	8.084
Exclusões temporárias	(11.898)	(11.898)	(6.964)	(6.964)
Lucro real tributável	(6.043)	(6.043)	(5.607)	(5.607)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
Imposto de renda (15%)	-	-	-	-
Imposto de renda adicional (10%)	-	-	-	-
Contribuição social (9%)	-	-	-	-
Total de despesa com imposto corrente	-	-	-	-
Base de ativo fiscal diferido	-	-	-	-
Ativo de imposto de renda diferido	-	-	-	-
Total de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-

16. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da BPP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A BPP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais.

Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BACEN entre elas a Circular 3.681 de 2013, a BPP tem o gerenciamento dos riscos:

I - Risco de liquidez – O Gerenciamento do Risco de Liquidez cumpre os requisitos da Circular BACEN 3.681/13, que determina o depósito compulsório de 100% do saldo em moeda eletrônica. A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise.

II – Risco de crédito – Tendo em vista que a BPP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.

III - Risco de mercado – A BPP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco operacional – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da BPP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

17. Eventos Subsequentes

Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

DocuSigned by:
Marcelo Prudencio Jacques
14DDE566ACB84AA...

Marcelo Prudêncio Jacques
Diretor

DocuSigned by:
Diogo Frenkel
4391F1A3FE92429...

Diogo Frenkel
Diretor



Danilo da Silva Primo Contador
CRC 1SP 310899/O-2